

PREVIDÊNCIA PRIVADA (ANNA)

P 21

Futuro do setor diante da nova Constituição será discutido em congresso

 por Teresa Cristina de Paula
 de São Paulo

7 OUT

GAZETA MERCANTIL

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp) realiza de 18 a 21 de outubro, no Recife, o IX Congresso Brasileiro das entidades do setor. O objetivo do encontro, que pretende reunir grande parte das 212 instituições de previdência privada, é analisar a participação desse segmento na solução dos grandes problemas brasileiros; apresentar as repercussões das políticas de governo para as entidades fechadas e em que ponto elas poderão contribuir para a execução dos objetivos nacionais.

O presidente da Abrapp, Paulo Mente observa que essa será uma boa oportunidade para discutir também o futuro das entidades diante da nova Constituição, que acaba de ser promulgada. Para Mente, a Constituição, no capítulo que trata sobre a ordem social, criou benefícios aos aposentados sem prever como os recursos para efetivação desses benefícios deverão ser arrecadados. E espera no Congresso buscar definições para esse ponto.

Mente refere-se ao cálculo da aposentadoria, que com a promulgação da Carta terá correção integral relativa aos últimos 36 salários de contribuição. Essa correção deverá, segundo a Abrapp, resultar numa aposentadoria muito próxima do que é pago como contribuição às associações de previdência privada e poderá onerar as entidades e até mesmo a sociedade como um todo.

APLICAÇÕES OURO/POUPANÇA

Quanto à possibilidade de aplicação em mais duas modalidades, ouro e poupança (além das nove já



Paulo Mente

existentes), pelas entidades de previdência privada autorizada, recentemente pelo governo Mente demonstrou-se muito satisfeito. Observou, no entanto, que os administradores de carteira não deverão dirigir a totalidade do percentual permitido para essas duas modalidades (ou seja, 15%, respeitando o limite de 10% para cada uma das aplicações).

"Cada administrador deverá adotar uma posição para a mobilização de seus recursos. Mas a preferência, acredito, ficará para os investimentos em ouro, que, mesmo com as oscilações, de certo modo incertas, representam um ativo real, em relação à poupança", observou Mente.

As entidades fechadas de previdência privada, que mantêm hoje um patrimônio de CZ\$ 2,57 trilhões, podem aplicar 30% de seus recursos, no mínimo em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND); 25% no mínimo em ações; 17% no máximo em empréstimos e/ou financiamentos aos participantes dos fundos; 20% no máximo em imóveis; e os 8% restantes em aplicações de livre escolha.